

# 1 Introdução

Garantir que a política fiscal adotada em um país é sustentável é condição primordial para o governo exerça de maneira adequada suas funções na economia. Nesse sentido, a história fiscal brasileira recente é bastante rica e ilustra de forma clara essa importante lição econômica. Durante os anos 1980 e início dos anos 1990 a condução da política fiscal contribuiu para que o país convivesse com uma das maiores taxas de inflação da história mundial contemporânea. Foram necessários quase vinte anos para que o país retomasse um ambiente de estabilidade.

Uma vez conquistada a estabilidade de preços, na primeira metade da década de 1990, o governo se viu diante da necessidade de ajustar suas contas, e o fez de maneira a afastar qualquer expectativa de monetização e conter seu crescimento acelerado. Sinalizando um comprometimento progressivo com a estabilidade interna, na metade da década dos anos 2000, o governo consegue reverter a trajetória ascendente de seu endividamento. Em 2009, pela primeira vez na história recente, as autoridades fiscais puderam considerar o uso da política fiscal como instrumento para acomodar flutuações adversas do produto. Foi, sem dúvida, uma grande evolução, possibilitada pela condução progressivamente mais austera da política fiscal, durante todo o período do final da década de 1990, até o final da década de 2000.

Nesta dissertação, o que se pretende responder é se o as variáveis fiscais no período em análise têm um comportamento condizente com o que é previsto por um modelo em que não há repúdio da dívida. Apesar de se tratar de uma questão de longo prazo, e serem poucas as informações disponíveis para análise, busca-se, extrapolando as características observadas neste período, inferir quais são os desdobramentos de prazo mais longo deste comportamento. Esta dissertação mostra que existem evidências favoráveis a sustentabilidade, ainda que sejam fracas. O regime fiscal atual foi posto em teste poucas vezes, o que gerou poucas

oportunidades para avaliar o comportamento dos gestores em situações de estresse.

A dissertação é composta de cinco capítulos, incluindo a introdução e os comentários finais. No capítulo 2, faz-se uma revisão da política fiscal nos anos em análise, salientando os principais movimentos dos agregados fiscais. No capítulo 3, são apresentados testes desenvolvidos na literatura. Foca-se, também, a abordagem de satisfação da restrição orçamentária intertemporal e o conceito de função de reação fiscal. Nesta parte, são discutidos outros estudos empíricos aplicados para o Brasil, bem como em outros países. Os resultados empíricos são apresentados no capítulo 4, juntamente com a discussão sobre o poder informativo da estimação da função de reação fiscal. O capítulo 5 trata das considerações finais.